

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, realizou-se a XII Reunião Ordinária do Pleno do Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis, na Escola Municipal Júlio César de Almeida Lorangeira, situada à rua Délio Gomes Ferreira, s/n, Parque das Palmeiras, de forma presencial, com a participação da presidente do Conselho, Sílvia Lira; da vice-presidente Mariana Inácio de Oliveira Máximo e dos seguintes conselheiros: Carmen Lúcia dos Santos Calheiros, Rodrigo de Campos Camões, Eliana de Oliveira Teixeira, Camila de Oliveira Barbosa da Costa, Alex Sandro Nazareth Targini, Herick Porto Holzer, Barbara de Oliveira Sinclair Haynes, Nevaldo Leocádia Bastos Júnior, Luana Graziella Bandeira, Alex de Almeida, Jorge Luiz da Silva Nunes, Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue, Mônica de Oliveira Cardoso dos Santos, Patrícia Aparecida da Silva Viríssimo, Adriana Reis Soares, Norielem de Jesus Martins, Walquíria Maria de Lima Pereira, além da assessora técnica Cristiane Carneiro e do auxiliar de secretaria José Barreto da Silva. De forma online, participaram os conselheiros Suellen Moura Souza e Wellington Pereira da Silva. A presidente do CME/AR, Sílvia Lira, iniciou a reunião agradecendo a prontidão dos conselheiros em se fazerem presentes nesse dia especial e apresentou um vídeo que retrata eventos realizados durante o ano de dois mil e vinte e três. Após a apresentação do vídeo, Sílvia e Mariana, presidente e vice-presidente respectivamente do CME, reforçam a alegria por participarem de tudo o que foi realizado. A presidente Sílvia relembra a atuação emocionante da professora Ana Maris que, mesmo em tratamento médico, participou de forma virtual no evento da entrega da Medalha Jair Espíndola Travassos. Sílvia também agradece a participação de todos os Conselheiros pela contribuição para o êxito das ações. Mariana complementa dizendo que o processo de amadurecimento do colegiado ficou evidente e que, mesmo com ideias diferentes, a união se fez presente no objetivo final: a luta pela educação de qualidade. Mariana ressalta ainda que, mesmo com um ano bem agitado, a atuação dos membros do Conselho se fez muito importante. Sílvia relembra que o CME realizou dezesseis Reuniões do Pleno durante o ano, além das Reuniões Ordinárias das Câmaras e que um link sobre o Relatório de Atividades Anual do CME será disponibilizado no grupo de whatsapp para que os conselheiros tenham ciência. Após essas considerações e agradecimentos, foi realizada a leitura da Ata da reunião do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três para aprovação. A leitura foi realizada pelo secretário executivo Nevaldo. A Ata foi aprovada por unanimidade. Logo após a aprovação, Sílvia passa a palavra à Mariana que relata a situação da busca da nova sede do CME. Havia duas possibilidades de locação em negociação no centro de Angra, porém o acordo não foi concretizado e agora a expectativa é que seja resolvida a situação com a análise de novo local no Parque das Palmeiras para o mês de janeiro próximo. Mariana passa a palavra à Sílvia que informa que a sede provisória do CME será no segundo andar do prédio da Escola Municipal Júlio César de Almeida Lorangeira. Sílvia continua a explanação sobre as mudanças que ocorrerão no ano de dois mil e vinte e quatro no corpo técnico do CME, informando que o secretário executivo Nevaldo Bastos deixará a

função de secretário executivo e retornará para a unidade escolar. O mesmo continuará como Conselheiro na cadeira de representação dos docentes. Silvia agradece ao profissional Nevaldo por sua brilhante atuação no CME, dizendo que esse deixou, nos seis meses de atuação, as suas digitais no colegiado por conta da postura profissional e acadêmica. Além disso, deseja que continue contribuindo com o colegiado. Silvia, ainda, informa que a assessora técnica Sandra Cardoso também não mais fará parte do CME em virtude de dedicar o seu tempo integral à Escola Municipal Tânia Rita, onde atua como pedagoga. Mariana toma a palavra para informar que deixará a Direção Geral da Escola Júlio César de Almeida Lorangeira para se dedicar integralmente ao CME. Sandra agradece a oportunidade de participar do conselho durante dois anos e comenta a situação vivida na vida profissional e a necessidade de trabalhar integralmente na Escola Municipal Tânia Rita. Nevaldo também agradece os seis meses que passou no CME e resalta o grande aprendizado que obteve no CME, ampliando a sua visão de rede para sistema e entendendo a importância do Conselho para a rede pública e privada de Educação. Silvia passa a palavra aos Conselheiros e Alex Sandro Targini, vice-presidente do CACS-FUNDEB, inicia dizendo que agradece a oportunidade de estar junto aos pares, debatendo, aprendendo e aumentando a sua visão de sistema. A seguir, a conselheira Adriana pede a palavra e diz que está no CME como representante do Conselho Tutelar e que, em virtude da entrada de novos conselheiros, ainda não se sabe como ficará a situação no próximo ano, se permanecerá ou não como conselheira, mas aproveita para agradecer a participação no Conselho. A Conselheira relembra a época do Ensino Superior, quando bons professores contribuíram para sua formação, sendo a primeira pessoa da família a cursar uma universidade. Hoje se sente orgulhosa, como assistente social, de atuar no Conselho Tutelar e no CME, aprendendo muito nas visitas que fez às escolas particulares e que, sendo Conselheira ou não, terá prazer em continuar unida ao CME. Jorge pede a palavra e diz que nesse primeiro ano como conselheiro foi grato pela recepção, pelo calor humano recebido e que aprendeu com cada um. Segundo ele, a Educação é fundamental em todos os aspectos. Silvia toma a palavra para falar sobre a recomposição de algumas cadeiras no CME. Como Adriana sinalizou, haverá eleição para o Conselho Tutelar e como as cadeiras são indicadas por eles, ainda está indefinida a chegada de suplente ou se haverá outra negociação a respeito. Cristiane Inoue pede a palavra e agradece a gestão do CME, dizendo que se surpreendeu bastante com a atuação deste colegiado quanto à Meta dezessete, visto que o CME valorizou a questão com respeito e seriedade, concedendo espaço para o tema. Estende a sua gratidão aos conselheiros envolvidos na causa e reconhece que estão mais próximos de alcançar o êxito em relação à Meta dezessete. Nesse momento, o conselheiro Wellington pede para participar de forma virtual. Continuando a reunião, Silvia reforça que o CME está atualizando a recomposição das cadeiras prevista para o ano vindouro, bem como a definição da localização da nova sede. Várias ações na atualização das cadeiras já foram iniciadas como: documentos para a Associação das Escolas Particulares, para a Câmara de Vereadores e data para reunião com a sociedade civil com o intuito de escolher representante da categoria técnico-administrativo para compor a Câmara da CACS-FUNDEB. Após isso, Patrícia pede a palavra e comenta sobre o sentimento de

dever cumprido no trabalho desenvolvido no colegiado, mesmo com tantos desafios, lutas e dificuldades durante o ano. Lembra que conseguiram a aprovação do Projeto de Lei que garante o recesso dos profissionais da Educação e aproveita para solicitar aos conselheiros a atenção para a situação da UTD-Altas Habilidades, pois os alunos conseguiram êxito em muitas premiações, mas precisam deixar a unidade ao ingressarem no Ensino Médio. Patrícia pede para os conselheiros se unirem na solicitação à Câmara de Vereadores, no sentido de criarem uma Emenda para que esses estudantes continuem sendo atendidos na UTD - Altas Habilidades até o terceiro ano do Ensino Médio. Nesse momento, Silvia esclarece que a solicitação é no sentido de uma ampliação do serviço prestado, visto que após completarem o Ensino Fundamental eles passam para o Estado e carecem de verba municipal para esse serviço. Segundo Silvia, é preciso verificar qual a legislação que embasa esse tema e debater o caminho a ser percorrido. Segundo Patrícia, o número de alunos contemplados não é grande: cerca de trinta estudantes foram premiados em olimpíadas e concursos, sendo que nove irão para o Ensino Médio. Silvia diz que pode deixar esse tema como proposta de pauta para que a Câmara de Legislação e Normas tome ciência da solicitação da conselheira e dialogue com a comissão para dar continuidade ao processo. Após isso, a conselheira Carmem pede a palavra e agradece à gestão do CME. Elogia a presidência por vencer desafios enormes inerentes ao CME, mostrando respeito ao colegiado. Silvia relembra situações vividas e passa a palavra ao conselheiro Rodrigo Camões que, na mesma linha de raciocínio, agradece a presidência do CME pela condução das atividades de maneira madura, mesmo havendo discordâncias em algumas situações entre os pares. Propõe, então, um desafio para o ano vindouro, visto que é um ano no qual haverá eleição: agir com maturidade, entender o próprio papel do colegiado e focar na Educação. Dando continuidade, o conselheiro Alex de Almeida pede a palavra e reitera que é uma pessoa participativa e bastante inquieto, o que o impulsiona a propor mudanças naquilo que considera que precisa melhorar. Independentemente de estar no SEPE, sua luta é no sentido de garantir os direitos dos profissionais da Educação, como na vitória em relação ao recesso escolar para os profissionais da educação, mas também na alocação das categorias que não estão na estrutura da Educação. O conselheiro Alex diz que para o próximo ano continuará a luta pela valorização da Meta dezessete e pela questão dos Docentes II, uma discussão dentro da harmonia democrática. A seguir, a conselheira Mônica agradece a diretoria do CME pela transparência ao cuidar dos assuntos, mesmos os mais delicados, e diz que os profissionais que receberam o CME em visitas apreciaram a maneira cordial dos membros do colegiado. A vice-presidente Mariana Máximo aproveita para dizer que o CME pretende estreitar a relação com as escolas privadas, inclusive será feito um grupo exclusivo com seus gestores. Além de suprir a cadeira de representantes das escolas particulares, é preciso socializar com esse grupo a questão do Histórico Escolar da Educação Infantil, que neste momento está sendo avaliado pela SEJIN/COGEP. Após o retorno da SEJIN, a respeito da deliberação que versa sobre o documento haverá a socialização dessa com as escolas particulares de Educação Infantil para ajustar o que for necessário e seguir para posterior publicação. Silvia pede a palavra e agradece a participação da assessora Cristiane e dos outros membros do corpo técnico

do CME. Após essas considerações, Norielem pede a palavra e exalta a participação do CME, trazendo luz à luta do colegiado e à relação, que deve ser harmoniosa, entre seus membros. Norielem pede atenção à questão da escola indígena e quilombola. Lembra, ainda, que tem empatia com os menos escolarizados por ter vivido essa situação na família e hoje observa, nessas comunidades, muitos sem condições de progredir na escolarização, chegando, no máximo, ao quinto ano de escolaridade. Mariana pede a palavra e reafirma o propósito de avançar nessas questões no ano vindouro, solicitando que seja registrada em Ata que a primeira pauta de dois mil e vinte e quatro traga esse tema. Norielem afirma que uma pesquisa foi realizada em várias comunidades de Angra dos Reis e mostrou que, cerca de setenta por cento dos moradores daquela localidade, apresentam, apenas, o nível de escolaridade oferecido na região. Dessa maneira, precisa-se de um planejamento para o município. Silvia enaltece como fundamental o argumento levantado pela conselheira Norielem e diz que os conselheiros atuais ficarão por quatro anos à frente das atividades e, por isso, torna-se necessário conhecer ainda mais os procedimentos através de consultorias, como as que tivemos durante esse ano, e pela participação em eventos como Fóruns Estaduais, mostrando a importância de estudo para entender qual é o real propósito do Conselho em relação à Educação infantil, à comunidade quilombola e à EJA, para que haja progresso em todos os campos de atuação. A conselheira Luana inicia sua fala agradecendo a oportunidade de estar presente e de aprender com todos. Segundo Luana, a Escola Áurea Pires tem feito programas para diminuir a evasão escolar, inclusive abrindo aos sábados para receber moradores do bairro Bracuí para momentos de lazer. Somado à dificuldade de acesso, muitos alunos evadem do ambiente escolar devido a situações particulares diversas. De acordo com Luana, no último sábado, ela participou ativamente da aula de reforço para alunos que desejam ingressar no CEFET, juntamente com um grupo de professores da instituição. Dois alunos foram aprovados em avaliações no ano passado e isso mostra o potencial que os alunos possuem e a necessidade da implantação de cursos técnicos no município, para que moradores da região ocupem as vagas disponíveis à medida que surgem. Dando continuidade, Sandra Cardoso comenta sobre a Educação no território. O CME tem o dever de normatizar a educação no município, mas isso não exclui a ideia de território. Segundo ela, o Sistema Municipal de Ensino é constituído pelas escolas públicas e privadas, mas ao tratar de território, a educação está envolvida em todos os aspectos. Com isso temos o Plano Municipal de Educação, sendo o CME uma das instituições juntamente com o Fórum Municipal e a Secretaria de Educação, responsável pela mobilização da avaliação e monitoramento do processo. Pensar a educação dentro do território envolve, portanto, o estabelecimento de universidades públicas. Porém, enquanto instituição da sociedade civil dentro do poder público, como órgão de controle, o CME precisa mostrar quais são as necessidades e articular junto ao Conselho Estadual de Educação, propor audiências públicas para tratar com os responsáveis pelo processo e buscar melhorias nesse sentido. Segundo Sandra, não se pode fechar os olhos, mas reconhecer qual a competência do Conselho nesses assuntos, pensar a Educação no território. O Plano Nacional será discutido e elaborado no ano vindouro, bem como o Plano Municipal de Educação e essas ações precisam iniciar pelo Relatório, pelo

monitoramento e pensar na Educação Técnica para o território. Terminada a consideração de Sandra, Nevaldo toma a palavra e faz um rápido histórico para mostrar a complexidade da rede municipal de ensino, com território quilombola, indígena e caiçara. De acordo com Nevaldo, o ano de dois mil e vinte e quatro trará desafios como eleição, mas também a necessidade de pensar em políticas de Estado que atravessam governos de ocasião. Isso traz a reflexão de como o colegiado vai se comportar diante desse cenário. Nevaldo aproveita para agradecer o grande aprendizado e reflete sobre a responsabilidade do CME, da Secretaria de Educação como órgão executivo e do Conselho como órgão de acompanhamento. Nesse momento, a conselheira Suellen entra de forma online, agradecendo a oportunidade de estar junto com o CME e de seus membros. Segundo ela, a questão dos autistas está recebendo atenção e isso é motivo de gratidão. Sílvia aproveita para enaltecer o empenho da conselheira Suelen, em especial nas visitas em que participou ativamente. Tomando a palavra, Suellen incentiva os conselheiros a participarem nas visitas às escolas. Na continuidade, a conselheira Bárbara pede a palavra e aproveita para agradecer a receptividade do CME. Também solicita a atenção de todos para com a Lei Lucas, em virtude de sua importância para o município, colocando-se à disposição de todos. Após isso, Sílvia traz a proposta de calendário para dois mil e vinte e quatro, levando em consideração a avaliação dos conselheiros sobre realização da Reunião das Câmaras dentro da Reunião do Pleno em virtude do não cumprimento do horário de início e de pouca produtividade. Portanto, a primeira proposta seria uma reunião mensal do Pleno, com os encontros das Câmaras em outro horário conveniente. A segunda proposta seria realizar a reunião do Pleno com periodicidade bimestral e, se houver necessidade, realizar reunião extraordinária, com reuniões intercaladas de um mês para o Pleno e outro para as Câmaras, sem peso para os conselheiros e colegiado. Alex de Almeida traz a atenção a importância de seguir o regimento quanto à periodicidade das reuniões. Patrícia faz um encaminhamento, argumentando que em apenas uma reunião não se consegue sanar as demandas e por isso propõe que se realizem reuniões para as câmaras à medida que a necessidade surgir. Alex retoma a palavra e considera que muitos assuntos precisam ser tratados e com essa periodicidade e a proposta bimestral não contemplaria a questão. O debate entre os conselheiros resultou em duas propostas no que concerne à duração: primeira, formato bimestral, em meio período, com atuação do Pleno e Câmara. A segunda, reunião bimestral, período completo, reunião do Pleno, pausa para o almoço e reunião das Câmaras. Quanto à duração das reuniões, a proposta de meio período foi a escolhida pela maioria dos votantes. Retomando a discussão, após considerações do Plano acerca da periodicidade bimestral ou mensal, Mariana colocou em votação a escolha entre os dois períodos. Quinze conselheiros votaram pela periodicidade mensal e cinco votaram pela bimestral. Aprovada a proposta por Reunião mensal em meio período. Sílvia retoma a palavra sugerindo que as reuniões poderão ser realizadas na segunda semana do mês, às terças-feiras, pela manhã, conforme acordo e aceitação de todos os conselheiros. Essa proposta foi aceita por todos os conselheiros. Mariana traz a proposta de ocorrer ou não a reunião do Pleno no mês de janeiro devido às férias dos servidores. Feita a votação, o colegiado aceitou, por unanimidade, a proposta de não haver reunião no mês



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

de janeiro. A próxima reunião será realizada no dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. Nevaldo apresentou a proposta de calendário no Datashow. Sem nada mais a acrescentar, eu, José Barreto, encerro esta ATA. Aprovada em 06 de fevereiro de 2024.